



Estado de Mato Grosso
Ministério Público
Procuradoria Geral de Justiça

EDITAL Nº 001/2012/MP-MT

Concurso Público para Provimento do Cargo de
PROMOTOR SUBSTITUTO



Prova Preambular

OBJETIVA

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

ASSINATURA DO CANDIDATO



Universidade Federal de Mato Grosso
Coordenação de Concursos e Exames Vestibulares

Instruções

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este **Caderno de Prova**, com páginas numeradas de **1 a 37**, é constituído de **100 (cem)** questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas, assim distribuídas:

- **01 a 20** – **Língua Portuguesa**
- **21 a 40** – **Grupo Temático I (Direito Penal e Direito Processual Penal)**
- **41 a 60** – **Grupo Temático II (Direito Civil e Direito Processual Civil)**
- **61 a 80** – **Grupo Temático III (Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Eleitoral, Direito Administrativo e Direito Financeiro e Tributário)**
- **81 a 100** – **Grupo Temático IV (Direitos Difusos e Coletivos: Direito Ambiental e Urbanístico, Sanitário, do Consumidor, da Criança e do Adolescente e do Idoso e Ministério Público: teorias e legislação)**

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. **Sobre a Marcação da Folha de Respostas**

As respostas das questões devem ser, obrigatoriamente, transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para correção.

3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida na **FOLHA DE RESPOSTAS**, pinte completamente o círculo correspondente.

Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.

N.º da Questão
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/> C
<input type="radio"/> D
<input type="radio"/> E

3.2. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.

4. Não haverá substituição da **FOLHA DE RESPOSTAS** por erro do candidato.

5. A duração da Prova Preambular Objetiva é **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**.

6. Antes de se retirar da sala de prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal este **Caderno de Prova** e a **FOLHA DE RESPOSTAS**. Este Caderno de Prova poderá ser levado pelo candidato **somente** após decorridas **3 (três)** horas do início da Prova Preambular Objetiva.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

A história de cada pessoa é parte da história biossociocultural. Esta, por sua vez, é parte da história cósmica. Esse enraizamento faz com que quatro forças entrem na constituição de sua identidade complexa: a cósmica, a biológica, a cultural e a pessoal.

(BOFF, L. *O despertar da águia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.)

Sobre os recursos linguísticos usados para a coesão do texto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O emprego do pronome *Esta* é inadequado visto que retoma ideia posta anteriormente, deveria ser usado *Essa*.
- () O pronome *Esse* remete o sentido do termo *enraizamento* para algo dito anteriormente, daí estar adequadamente empregado.
- () A expressão *por sua vez* no texto enfatiza que a história a que se refere também se insere em algo maior, em uma relação de acréscimo e gradação.
- () As três repetições do termo *história* no texto empobrecem a relação pretendida entre os tipos de história tratados por ser um hiperônimo.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, F, V, V
- (B) V, V, F, F
- (C) F, V, V, F
- (D) V, F, F, F
- (E) F, V, F, V

QUESTÃO 02

O encadeamento adequado das partes de um texto confere-lhe coesão e coerência, propiciando que o leitor construa o sentido de forma clara. Ordene os trechos abaixo, numerando-os de 1 a 6, de modo a construir um texto.

- () As despesas se expandem a um ritmo superior ao do PIB.
- () Isso porque a ação estatal se torna mais necessária e complexa em campos típicos como fiscalização, educação, saúde, ciência, pesquisa.
- () A lei de Wagner diz que o tamanho de um governo aumenta à medida que o país se desenvolve.
- () Observa-se esse padrão em outros países ricos.
- () Por isso a carga tributária britânica saltou de 9% do PIB em 1990 para os atuais 37% do PIB.
- () A contrapartida é mais desenvolvimento e melhor qualidade dos serviços ofertados pelo governo.

Assinale a sequência que torna os trechos um texto coeso e coerente.

- (A) 1, 4, 5, 6, 2, 3
- (B) 6, 2, 3, 4, 1, 5
- (C) 3, 1, 6, 2, 5, 4
- (D) 1, 4, 5, 3, 6, 2
- (E) 3, 2, 1, 5, 4, 6

QUESTÃO 03

Não raras vezes os meios de comunicação de massa publicam matérias apresentando problemas relativos à norma padrão da língua. Assinale o trecho que **NÃO** apresenta esse tipo de problema linguístico.

- (A) O desenvolvimento econômico de Mato Grosso reconfigura o mercado de trabalho, colocando em evidência algumas atividades profissionais durante os próximos dez anos. Destacam-se as funções ligadas à área têxtil, automação, sistemas de telecomunicações móveis, meio ambiente e logística, de acordo com prospecção realizada pelo Senai nacional.
- (B) O engenheiro XXXXXX, da Secopa, ao qual ocupa o cargo de secretário adjunto de infra-estrutura da autarquia e acompanha a obra de perto, disse que foi surpreendido pela notícia.
- (C) Temos nos esforçado para fazer o melhor para Cuiabá, mas as receitas são aquém das necessidades para uma metrópole deste tamanho e que a anos arrasta seus problemas sem uma solução em definitivo, disse o prefeito, explicando que muitas vezes as legislações amarram os gestores.
- (D) O Grupo de Combate ao Crime Organizado (GCCO), da Polícia Civil de Mato Grosso, estima que ao menos um golpe do sequestro seja registrado em Cuiabá por dia. O crime acontece por meio de ligações telefônicas, onde um grupo criminoso pede resgate em dinheiro à familiares de possíveis pessoas sequestradas.
- (E) A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Diamantino, por meio da Vigilância Epidemiológica está passando de casa por casa na área rural, desde o início do mês de março, realizando vacinação anti-rábica em cães e gatos.

QUESTÃO 04

A construção de enunciados por meio de períodos compostos coordenativos e subordinativos possibilita que se evidenciem ideias e se estabeleçam de forma clara relações de sentido. Leia os trechos abaixo.

- Galileu acreditava que a Terra gira em torno do Sol.
- Foi forçado a renunciar ao seu ponto de vista diante da Inquisição.
- Passar o resto de sua vida em sua casa de campo em Florença foi sua sentença.
- Em 1992, o papa João Paulo II anunciou que a Igreja tinha errado ao julgar Galileu.

Reconstruindo as frases em um período composto, tendo como oração principal a segunda delas, ficaria:

- (A) Galileu, apesar de acreditar que a Terra gira em torno do Sol, foi forçado a renunciar ao seu ponto de vista diante da Inquisição, mesmo assim recebeu sentença de passar o resto de sua vida na casa de campo em Florença, mas, em 1992, o papa João Paulo II anunciou que a Igreja tinha errado ao julgá-lo.
- (B) Passar o resto da vida em sua casa de campo em Florença foi a sentença que Galileu recebeu por ter acreditado que a Terra gira em torno do Sol, apesar de ter sido forçado a renunciar ao seu ponto de vista, portanto em 1992, o papa João Paulo II anunciou que a Igreja tinha errado em julgá-lo.
- (C) Em 1992, o papa João Paulo II anunciou que a Igreja tinha errado em julgar Galileu que, apesar de acreditar que a Terra gira em torno do Sol, foi forçado a renunciar ao seu ponto de vista diante da Inquisição para passar o resto da vida em sua casa de campo em Florença.
- (D) Galileu, após a Inquisição onde foi forçado a renunciar ao seu ponto de vista sobre a Terra girar em torno do Sol, passou o resto de sua vida em sua casa de campo em Florença, e, em 1992, o papa João Paulo II anunciou que a Igreja tinha errado em julgá-lo.
- (E) Galileu acreditava que a Terra gira em torno do Sol, por isso foi sentenciado a passar o resto de sua vida em sua casa de campo em Florença, apesar de ter sido forçado a renunciar ao seu ponto de vista diante da Inquisição, mas, em 1992, o papa João Paulo II anunciou que a Igreja tinha errado em julgá-lo.

QUESTÃO 05

Leia os enunciados abaixo.

Enunciado 1: Na ética do interesse próprio, você proporciona algo ao outro, porque é de seu interesse fazê-lo. Trata-se, portanto, de uma ética em que a vantagem econômica é o valor mais importante, visando fundamentalmente à sobrevivência.

Enunciado 2: Já a ética orientada para os outros tem por objetivo básico a valorização do outro para o benefício do todo. Parte do princípio de que é fazendo o outro feliz que eu vou me realizar, que eu vou me sentir bem, feliz.

Enunciado 3: As duas atitudes divergem em seus objetivos, em seus valores, devido ao enfoque inserido no ser humano, uma vez que uma é de caráter individualizado e a outra busca a realização da comunidade, do todo, não pondo o lucro em evidência.

Sobre os enunciados, analise as afirmativas.

- I - A ética apresentada no enunciado 2 contrapõe-se à apresentada no 1, sendo enfatizada pelo operador argumentativo *Já*.
- II - O enunciado 3 apresenta uma consequência dos dois primeiros, mesmo sem a presença explícita de um conector consecutivo.
- III - Os conectores *porque* e *uma vez que*, nos enunciados 1 e 3, respectivamente, estabelecem a mesma relação de sentido.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

INSTRUÇÃO: Leia o texto abaixo e responda às questões 06 e 07.

Os cientistas são humanos

Acontece que os cientistas são humanos. Os livros de História normais se esquecem de mencionar esse fato, mas eles são. Leibniz, Newton, Kepler, Mendel, Pasteur – todos foram acusados de fraude, e podem muito bem tê-la cometido.

5 A acusação contra Leibniz, feita enquanto ele ainda era vivo, foi de plágio. Não sei se realmente ele era culpado, mas a Sociedade Real de Londres decidiu que sim e o condenou.

O estudioso R. Westfall, em 1973, acusou Newton de “fraude deliberada”, pois descobriu que o cientista falseou os números para atingir os dados desejados.

10 Kepler sempre afirmou que sua teoria sobre a órbita elíptica dos planetas se apoiava em cálculos matemáticos, mas, em 1990, descobriram que os números haviam sido inventados, e seu crime foi expresso em manchete de jornal.

Mendel relatou proporções genéticas que não poderia ter visto em suas plantas e que não poderiam ter resultado de “acidentes de mostragem”. Ninguém sabe, contudo, se foi Mendel ou um de seus assistentes quem cometeu o erro.

15 Pasteur, o cientista francês que descobriu como o calor mata os germes, mentiu a respeito de seus métodos, manipulou os dados e roubou uma ideia de um concorrente. As falcatruas foram descobertas no começo da década de 1990.

(SHENKMAN, R. *As mais famosas lendas, mitos e mentiras da história do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. Adaptado.)

QUESTÃO 06

A tese apresentada no texto é defendida por meio de

- (A) dados estatísticos.
- (B) exemplos.
- (C) argumento de autoridade.
- (D) argumento religioso.
- (E) raciocínio lógico.

QUESTÃO 07

Em relação ao excerto *Ninguém sabe, contudo, se foi Mendel ou um de seus assistentes quem cometeu o erro.*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O conector *contudo*, entre vírgulas, acrescenta o sentido de conclusão ao enunciado.
- (B) O pronome *quem*, referindo-se a um dos assistentes, tem a função de possessivo indireto.
- (C) A conjunção *se* estabelece relação de condição em se tratando da autoria do erro.
- (D) O termo *seus*, elemento coesivo referencial, no excerto está retomando Mendel.
- (E) Na expressão *o erro*, o artigo definido está indevidamente utilizado porque a palavra erro não possui referente no texto.

QUESTÃO 08

Em uma propaganda de carro europeu para consumidor brasileiro, figura o texto:

Não pare na faixa de pedestres, não fure o sinal fechado, não feche o cruzamento. Você está num carro europeu.

Na elaboração de textos, os implícitos são recursos frequentemente empregados. Isso porque, muitas vezes, aquilo que é apenas sugerido importa mais do que aquilo que é dito abertamente ou tanto quanto. Assinale a alternativa que apresenta um implícito presente no texto acima.

- (A) Motoristas europeus conhecem as leis de trânsito brasileiras.
- (B) O carro europeu deve ser respeitado pelos motoristas brasileiros.
- (C) Motoristas europeus respeitam seus carros.
- (D) Motoristas brasileiros não sabem dirigir carros europeus.
- (E) Motoristas brasileiros não respeitam as leis de trânsito brasileiras.

QUESTÃO 09

O verbo indicado entre parênteses deverá adotar obrigatoriamente uma forma do SINGULAR para preencher de modo adequado a lacuna de qual enunciado?

- (A) Somente em 2003, _____ (morrer) 16.345 jovens por balas de arma de fogo, representando 41,6% do total de vítimas.
- (B) Atualmente, ao contrário do que diz o senso comum, nas mãos dos civis _____ (estar) mais da metade do armamento convencional, do que se conclui que a violência armada não é coisa de guerra.
- (C) No dia 23 de outubro de 2005, _____ (ir) às urnas quase 95 milhões de brasileiros para opinar sobre a proibição do comércio de armas de fogo.
- (D) Entre os 36 países mais desenvolvidos, _____ (liderar) outro triste índice os Estados Unidos: a maior taxa de mortalidade por arma de fogo.
- (E) Desde o fim da ditadura até hoje, _____ (monitorar) as vendas domésticas e exportações de armas pequenas os militares das Forças Armadas que também decidem que tipo de armas os civis podem portar.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a expressão pronominal sobre o qual preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- (A) A essência do pensamento cartesiano consiste na elaboração de um sistema complexo _____ o filósofo pretendia substituir a Escolástica.
- (B) O estudo Principia, _____ Newton trata matematicamente dos movimentos dos corpos, chegou ao Brasil trezentos anos após sua publicação.
- (C) Descartes elaborou um modelo de universo _____ afirmou que teria mais cuidado que Copérnico em perceber o mundo por meio de ideias claras e distintas.
- (D) Aos olhos da Inglaterra do século XVIII, Newton é o novo Moisés _____ as “tábuas da lei” foram reveladas, disse o prêmio Nobel Pregogine em 1997.
- (E) Contemplar o trabalho de Marie Curie _____ saíram descobertas incríveis para o século XX nos faz admirar uma das mulheres mais notáveis do mundo da ciência.

QUESTÃO 11

Orações ou termos coordenados assindéticos devem ser separados por vírgula. Assinale o trecho em que as vírgulas **NÃO** exemplificam essa regra.

- (A) Na Constituição está dito que os atos de improbidade importarão em perda da função pública, indisponibilidade de bens, suspensão dos direitos políticos, ressarcimento ao Erário.
- (B) Hoje, o Poder Executivo e o Poder Legislativo são mais atraentes, oferecem melhores condições financeiras que o Judiciário.
- (C) Tal como a Polícia Federal, o Ministério Público, se começar a agir voluntaristicamente, vai se ver obrigado a recuar diante da reação da imprensa e da sociedade.
- (D) O Judiciário é o poder que mais resiste ao canto da sereia da prepotência, da demagogia, do enriquecimento fácil.
- (E) É um julgamento incomum pelas circunstâncias em que o Ministério Público diz que os crimes ocorreram, pelo número de protagonistas, pela quantidade de imputações.

QUESTÃO 12

A palavra já, dependendo da situação de comunicação, exerce função de advérbio ou de operador argumentativo. Assinale a alternativa em que exerce a função de operador argumentativo.

- (A) Em Mato Grosso, é preciso percorrer cerca de 2 mil km até os portos, usando os modais rodoviários, já nos EUA, a média é de 1 mil km, sendo 60% da produção transportada por hidrovia.
- (B) Este plano de saúde, além do que oferece de cuidados, já vem carregado de benefícios.
- (C) Os chineses vão continuar se expandindo na África, mesmo no Brasil, onde já são um parceiro comercial.
- (D) O apoio às propostas de Dilma vem caindo, a exemplo do PMDB, que já teve 70,35% de adesão e despencou para 59,34%.
- (E) O maior benefício da vitória de Merkel no parlamento foi evitar uma derrota que produziria ruptura na já frágil confiança nas possibilidades de tirar a Europa de uma crise histórica.

QUESTÃO 13

Qual enunciado apresenta todas as formas verbais corretamente flexionadas?

- (A) Ninguém mais acredita de modo pleno em mistérios a cercar os acidentes aéreos, mesmo se dizerem que os investigadores não encontraram outras causas.
- (B) Na juventude, nossos pais se abstiveram de muita coisa, hoje, não nos contentamos com pouco, embora tenhamos seus exemplos.
- (C) Se a turma exigir diferente metodologia, os facilitadores seriam obrigados a reverem sua prática pedagógica ou irão embora.
- (D) Enquanto os funcionários não porem a limpo esse comentário, ordem expressa do chefe do departamento, não haverão vantagens financeiras.
- (E) Morreria aquele que tiver menos paciência, como prevêm alguns homens religiosos a modo de cativar os fiéis.

QUESTÃO 14

Leia atentamente o anúncio da Casa do hemofílico do Rio de Janeiro.

(MESQUITA, R. M. *Gramática da língua portuguesa*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.)

Sobre o texto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A pergunta no quadro à esquerda serve de mote para a construção do sentido do enunciado no quadro à direita.
- () O emprego do verbo *ter* no quadro à direita, em lugar do verbo *haver* com sentido de existir, é uma construção coloquial usada nas propagandas para envolver o leitor alvo.
- () No anúncio original, o plano de fundo do quadro à esquerda é vermelho e o da direita é preto, tal contraste é totalmente irrelevante para o sentido do texto.
- () As formas verbais *Doe* e *dói*, por guardarem semelhança sonora, geram ambiguidade.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, V, F, F
- (B) V, F, V, F
- (C) F, F, F, V
- (D) F, V, V, V
- (E) V, F, F, V

QUESTÃO 15

O trecho abaixo é exemplo de linguagem cotidiana em sua modalidade oral (pessoa dirigindo-se a um segurança de um órgão público), numa variedade que difere gramaticalmente em vários pontos da norma padrão.

Me fala, por favor, aonde posso queixar das grosseria que o atendente fez pra mim. Não é possível que vocês num respeita os mais velho.

Assinale a alternativa em que a reescritura desse trecho conserva as mesmas informações e obedece às regras da norma culta.

- (A) Por favor, me fale aonde posso queixar sobre as grosserias que o atendente fez para mim. Não é possível que vocês não respeitem os mais velhos.
- (B) Fala-me, por favor, onde posso me queixar das grosserias que o atendente me fez. Não é possível que vocês não respeitam os mais velhos.
- (C) Por favor, fala-me onde posso me queixar sobre as grosserias que o atendente fez para mim. Não é possível que vocês não respeitem os mais velhos.
- (D) Fale-me, por favor, aonde posso queixar das grosserias que o atendente me fez. Não é possível que vocês não respeitam os mais velhos
- (E) Fale-me, por favor, onde posso me queixar das grosserias que o atendente me fez. Não é possível que vocês não respeitem os mais velhos.

QUESTÃO 16

No Brasil, *fast-food* e alopátia convivem na boa com a mamadeira, a canjica, os chás de erva-cidreira e erva-doce. Geleia global. Tudo bem que os americanos tenham o seu “*pieceofcake*”, designativo das coisas fáceis de obter. Houve tempo em que eles só souberam da fartura e não sentiram na carne o que é ter de descascar um abacaxi, resolver um pepino, encarar uma batata quente e enfrentar o angu de caroço que é o nosso dia a dia. Afinal, mesmo em crise, eles ainda ganham em dólar. E comem como poucos.

(Rev. Língua Portuguesa, nº 78, 2012.)

Em relação aos recursos linguísticos e estilísticos do texto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Na caracterização feita ao *nosso dia a dia*, foram usadas metáforas de alimentação, todas indicativas da leveza de vida do brasileiro.
- () A palavra geleia não mais é acentuada em função do novo Acordo Ortográfico, assim também papeis, pasteis e bachareis.
- () Os termos *fast-food* e “*pieceofcake*” são estrangeirismos sem aportuguesamento que coexistem com as palavras em português, a exemplo de *coffee break*, *delivery*, *off*.
- () Erva-cidreira e erva-doce mantêm o hífen, segundo o novo Acordo Ortográfico, por designarem espécies botânicas.

Assinale a sequência correta.

- (A) F, V, V, F
- (B) F, F, V, V
- (C) V, F, F, V
- (D) V, V, F, F
- (E) F, V, F, F

QUESTÃO 17

O não entendimento de um enunciado pode ocorrer também pelo uso de elementos de ligação inadequados. Assinale a alternativa que apresenta a reescritura do enunciado dado de modo adequado.

- (A) João Dória, o artista, foi despedido, apesar de ter se recusado a fazer o papel de vilão, embora já o tivesse feito anteriormente. → João Dória, o artista, foi despedido, apesar de ter se recusado a fazer o papel de vilão, porque já o tivesse feito anteriormente.
- (B) Os procuradores transferidos para o Rio de Janeiro lá estão há cinco anos, portanto não conhecem ainda o Corcovado. → Os procuradores transferidos para o Rio de Janeiro lá estão há cinco anos, logo não conhecem ainda o Corcovado.
- (C) Barack Obama e Nicolas Sarkozy não se entendem, no entanto um fala inglês e o outro francês. → Barack Obama e Nicolas Sarkozy não se entendem, todavia um fala inglês e o outro francês.
- (D) O livro que deveríamos ler neste mês já está esgotado, porque foi publicado há menos de três semanas. → O livro que deveríamos ler neste mês já está esgotado, mesmo tendo sido publicado há menos de três semanas.
- (E) O Vade Mecum, livro de referência de uso muito frequente, é deveras interessante porque tem mais de 400 páginas. → O Vade Mecum, livro de referência de uso muito frequente, é deveras interessante, já que tem mais de 400 páginas.

INSTRUÇÃO: Leia atentamente o texto abaixo e responda às questões de 18 a 20.**É só não ir**

Para o brasileiro comum existe somente um problema de verdade nas relações entre Brasil e Estados Unidos: o visto de entrada. Muito pouca gente perde o sono por causa do “tsunami” de dólares do qual tanto fala a presidente Dilma Rousseff em seus discursos internacionais — um assunto que, francamente, já começa a encher a paciência. Fora o governo, para quem Cuba é o país mais importante do mundo, quase ninguém se interessa pelas rixas entre americanos e cubanos, ou pelo apoio que o Brasil dá a nações como Irã, Síria e outros desafetos dos Estados Unidos. Que diabos isso tudo teria a ver com a sua vida? Seria bom, talvez, que a presidente Dilma falasse um pouco menos dessas coisas, para não ficar parecendo aquele tipo de pessoa que não muda de ideia e não muda de assunto. Mas, para o cidadão que existe na vida real, tanto faz. O que lhe interessa mesmo é a questão do visto, e nenhuma outra.

10 [...]

O sujeito já tem complicações suficientes no seu dia a dia — profissionais, familiares, financeiras, afetivas, de saúde. Por que acabou permitindo que a isso tudo viesse se somar o calvário atualmente exigido para a obtenção do visto americano? [...] Cerca de 1,5 milhão de brasileiros viajaram para os Estados Unidos no ano passado; no mês de março, o total de vistos foi 60% superior ao de 2011. Muitos nem percebem, mas já começam a mostrar sintomas de obsessão; têm orgulho, por exemplo, de exibir o carimbo do visto em seu passaporte [...].

15 Parece haver no ar, ultimamente, alguma perspectiva de melhora na situação. Pouco tempo atrás, o presidente Barack Obama, em pessoa, pediu aumento de “40%” na capacidade de emissão de vistos para brasileiros. Já para este mês de maio, pretende-se iniciar um programa destinado a selecionar o grande total de 150 homens de negócios brasileiros (isso mesmo: 150) e permitir que passem por uma espécie de fila rápida no desembarque em solo americano [...]. Por fim, foi mencionada a possibilidade de que em algum dia, futuramente, os cidadãos brasileiros sejam dispensados do visto de entrada nos Estados Unidos, como já se faz em países classe “A” da Europa. Supõe-se, para tanto, que o Brasil precise ficar mais parecido com os países classe “A” da Europa — e só Deus sabe quando isso vai acontecer.

20 [...]

25 Contra isso tudo só existe uma vacina 100% eficaz e disponível para todos os brasileiros que não são obrigados, por motivos diversos, a ir para os Estados Unidos: não viajar mais para lá.

[...]

(GUZZO, J. R. VEJA, 18/04/2012.)

QUESTÃO 18

Nesse artigo, o articulista usa tanto ironia quanto crítica, o que dá leveza ao texto. Em qual trecho **NÃO** há presença de uma ou de outra dessas características?

- (A) *Fora o governo, para quem Cuba é o país mais importante do mundo, quase ninguém se interessa pelas rixas entre americanos e cubanos*
- (B) *Muitos nem percebem, mas já começam a mostrar sintomas de obsessão; têm orgulho, por exemplo, de exibir o carimbo do visto em seu passaporte*
- (C) *pretende-se iniciar um programa destinado a selecionar o grande total de 150 homens de negócios brasileiros (isso mesmo: 150)*
- (D) *O sujeito já tem complicações suficientes no seu dia a dia — profissionais, familiares, financeiras, afetivas, de saúde.*
- (E) *Mas, para o cidadão que existe na vida real, tanto faz. O que lhe interessa mesmo é a questão do visto, e nenhuma outra.*

QUESTÃO 19

O produtor de um texto possui diversas maneiras de se posicionar em face do que diz; uma delas é o uso de palavras comumente classificadas como advérbio. Marque a que reflete posicionamento do autor no texto acima.

- (A) *somente* (linha 1)
- (B) *atualmente* (linha 12)
- (C) *francamente* (linha 3)
- (D) *futuramente* (linha 20)
- (E) *ultimamente* (linha 16)

QUESTÃO 20

A respeito dos recursos linguístico-textuais usados no artigo, analise as afirmativas.

- I - No trecho *e só Deus sabe quando isso vai acontecer*. (linha 23), o elemento coesivo *isso* retoma a dispensa do visto de entrada nos Estados Unidos pelos brasileiros.
- II - Em *Que diabos isso tudo teria a ver com a sua vida?* (linha 6), não há pretensão do autor em obter resposta do leitor, caracterizando a pergunta como retórica.
- III - Os termos *brasileiro*, *cidadão* e *sujeito*, no artigo, fazem parte do mesmo campo semântico, apesar de apresentarem nuances de sentido.
- IV - A expressão (*isso mesmo: 150*) (linha 19) reafirma o dado anterior, o que pode sugerir também posicionamento do articulista.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III e IV, apenas.

GRUPO TEMÁTICO I**QUESTÃO 21**

Relativamente à lei aplicável em matéria penal, analise as assertivas abaixo.

- I - Em caso de relevância e urgência, é possível a edição de Medida Provisória em matéria penal, desde que em benefício do réu.
- II - Na sucessão de leis penais no tempo, aplica-se a lei mais favorável ao réu, seja ela contemporânea ao fato delituoso ou aquela vigente na data da sentença.
- III - Aplica-se a lei penal mais grave ao crime continuado, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade.
- IV - Segundo o princípio da territorialidade, aplica-se a lei brasileira ao crime cometido no território nacional brasileiro, salvo se convenção ou tratado firmado pelo Brasil dispuser de forma diversa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 22

Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a sentença concessiva do perdão judicial é:

- (A) Condenatória, com todas as consequências secundárias.
- (B) Absolutória.
- (C) Condenatória, mas livra o réu das consequências secundárias.
- (D) Declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- (E) Absolutória, mas sem excluir os efeitos civis.

QUESTÃO 23

Consoante dispõe a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), quanto aos crimes de tráfico ilícito de drogas (art. 33, *caput*), analise as assertivas abaixo.

- I - As penas sempre serão reduzidas se o agente for primário e com bons antecedentes.
- II - As penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- III - É vedada a conversão das penas em penas restritivas de direitos.
- IV - As penas poderão ser convertidas em pena restritiva de direito, ainda que o agente seja reincidente.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

QUESTÃO 24

Fábio, homem ciumento, depois de três anos juntos, vê rompido seu namoro com Aline. Aline, mulher bela e atraente, após o ocorrido começa a namorar Juliano. Certo dia, Fábio, ao avistar Aline e Juliano andando em uma praça, investe contra este desferindo-lhe uma facada com a intenção de matar a vítima, mas atinge-a apenas no braço, causando-lhe uma lesão corporal. Fábio, tendo a possibilidade de prosseguir golpeando a vítima, desiste de fazê-lo ante a súplica de Aline. Considerando os fatos descritos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Fábio incorreu no crime de homicídio em sua forma tentada.
- (B) Fábio responde por lesão corporal, incorrendo no que, em doutrina, denomina-se “tentativa qualificada”.
- (C) Fábio está acobertado pelo arrependimento posterior.
- (D) Fábio responde por homicídio atenuado em razão da injusta provocação da vítima.
- (E) Fábio responde por lesões em concurso formal com tentativa de homicídio.

QUESTÃO 25

Sobre o crime de peculato culposo tipificado no Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A reparação do dano sempre extingue a punibilidade.
- (B) A reparação do dano somente extingue a punibilidade se precede à sentença irrecorrível.
- (C) A reparação do dano somente extingue a punibilidade se precede à sentença recorrível.
- (D) A reparação do dano antes da prolação da sentença reduz a pena pela metade.
- (E) A reparação do dano antes ou após a prolação da sentença reduz a pena pela metade.

QUESTÃO 26

Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas.

- I - Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- II - A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada dá-se de forma automática, sem qualquer outra exigência, se o juiz assim entender.
- III - A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
- IV - É vedada a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- V - O fato de o réu se encontrar em prisão especial impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e V, apenas.

QUESTÃO 27

Relativamente à imputabilidade penal e à aplicação de medida de segurança, de acordo com o Código Penal brasileiro, assinale a assertiva correta.

- (A) A inimputabilidade constitui pressuposto do comportamento delituoso.
- (B) A medida de segurança é consequência inafastável ao agente que tenha praticado fato típico penal sob o manto da inimputabilidade.
- (C) O prazo máximo da medida de segurança será estipulado em consonância com o máximo da pena cominada para o crime.
- (D) O agente que tenha praticado fato típico penal, mesmo sendo semi-imputável, poderá, em certos casos, ser submetido à medida de segurança.
- (E) A inimputabilidade deve ser demonstrada pelo órgão acusador.

QUESTÃO 28

Em matéria de participação no concurso de pessoas, segundo o entendimento amplamente reiterado da doutrina penal brasileira, adota-se a teoria da

- (A) Acessoriedade mínima.
- (B) Acessoriedade máxima.
- (C) Acessoriedade limitada.
- (D) Hiperaccessoriedade.
- (E) Ultraccessoriedade.

QUESTÃO 29

Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo.

- I - Não se admite a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados à pena igual ou inferior a quatro anos ainda que favoráveis as circunstâncias judiciais.
- II - Não é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- III - A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto.
- IV - É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- V - A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) V, apenas.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 30

Relativamente ao prazo para o oferecimento de denúncia, analise as assertivas abaixo.

- I - Segundo o Código de Processo Penal, no caso de dispensa do inquérito policial pelo órgão do Ministério Público, se com a representação forem oferecidos elementos que habilitem a promoção da ação penal, a denúncia será oferecida no prazo de 30 (trinta dias).
- II - Segundo o Código de Processo Penal, a denúncia deverá ser oferecida no prazo de 5 (cinco) dias, estando o réu preso, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 (quinze) dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- III - Segundo a Lei nº 4.898/1965 (Abuso de Autoridade), apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.
- IV - Segundo o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá denúncia dentro do prazo de 10 (dez) dias.
- V - Segundo a Lei nº 8.038/1990 e a Lei nº 8.658/1993, tratando-se de ação penal de competência originária do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça, nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer denúncia se o indiciado estiver preso, cujas diligências complementares não interromperão o prazo, salvo se o relator, ao deferi-las, determinar o relaxamento da prisão.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, IV e V, apenas.

QUESTÃO 31

Relativamente aos crimes contra o patrimônio, analise as assertivas abaixo.

- I - O agente que pratica crime de roubo contra ascendente é isento de pena por razões de política criminal.
- II - As escusas absolutórias previstas no art. 181 do Código Penal favorecem ao estranho que participa do crime, desde que tenha ciência de estar participando de prática de fato envolvendo parentes.
- III - Responde por latrocínio o agente que consuma o homicídio em contexto no qual busca subtrair coisa alheia, ainda que não realize a subtração dos bens da vítima.
- IV - O crime de furto é qualificado quando cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

QUESTÃO 32

Quanto à prisão cautelar no sistema jurídico brasileiro, analise as assertivas abaixo.

- I - Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.
- II - A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem social, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- III - Caberá prisão temporária quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou da ação penal.
- IV - A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias.
- V - Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I e V, apenas.

QUESTÃO 33

Relativamente à *emendatio libelli* e à *mutatio libelli*, analise as assertivas abaixo.

- I - O Juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que, em consequência, não tenha de aplicar pena mais grave.
- II - Se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o Juiz procederá de acordo com o disposto na lei.
- III - Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público poderá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
- IV - Havendo aditamento da denúncia, cada parte poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o Juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

QUESTÃO 34

Relativamente ao recurso em sentido estrito, analise as assertivas abaixo.

- I - Caberá recurso em sentido estrito da decisão que receber ou que não receber a denúncia ou a queixa.
- II - Caberá recurso em sentido estrito da decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.
- III - Caberá recurso em sentido estrito da decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.
- IV - Caberá recurso em sentido estrito da decisão que deferir ou que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.
- V - Caberá recurso em sentido estrito da decisão que conceder ou negar a ordem de *habeas corpus*.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 35

Quanto ao prazo para a conclusão do inquérito policial, analise as assertivas abaixo.

- I - Segundo o Código de Processo Penal, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 15 (quinze) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- II - Conforme o Código de Processo Penal, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou se estiver preso preventivamente, o prazo para terminar o inquérito policial será contado a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- III - No rito da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), o inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.
- IV - Os prazos para a conclusão do inquérito policial no rito da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) podem ser triplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.
- V - Os prazos para a conclusão do inquérito policial no rito da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) podem ser triplicados pelo juiz, dispensada a oitiva do Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

Estão corretas a assertivas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.
- (E) II e III, apenas.

QUESTÃO 36

Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo.

- I - A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, altera a competência territorial resultante das leis de processo.
- II - A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.
- III - Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- IV - Cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.
- V - Cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III, IV e V, apenas.
- (D) IV e V, apenas.
- (E) II, III e V, apenas.

QUESTÃO 37

Relativamente aos procedimentos sobre Organizações Criminosas (Lei nº 9.043/1995), analise as assertivas abaixo.

- I - A ação controlada consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
- II - Em qualquer fase de persecução criminal será permitida a infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante circunstanciada autorização policial ou judicial.
- III - A pena será reduzida de um a dois terços, ainda que a colaboração espontânea do agente não leve ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria.
- IV - O prazo para o encerramento da instrução criminal será de 90 (noventa) dias quando o réu estiver preso.
- V - O prazo para encerramento da instrução criminal será de 120 (cento e vinte) dias quando o réu estiver solto.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e V, apenas.
- (E) I, II, III e V, apenas.

QUESTÃO 38

Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo.

- I - Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.
- II - Compete à Justiça Estadual comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, exceto se praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.
- III - Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.
- IV - Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o juiz estadual a declinar da competência, deve o juiz federal suscitar o conflito.
- V - Compete à Justiça Comum estadual processar e julgar delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura de polícia militar, salvo se autor e vítima forem policiais militares em situação de atividade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, III e V, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.
- (E) I, III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 39

Relativamente ao impedimento do Juiz previsto no Código de Processo Penal, analise as assertivas abaixo.

- I - O Juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o segundo grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- II - O Juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que ele próprio houver desempenhado as funções de defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça, perito ou servido como testemunha.
- III - O Juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado como Juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- IV - O Juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o segundo grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 40

NÃO constitui entendimento do Supremo Tribunal Federal:

- (A) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não ofende o conhecimento da apelação por este interposta.
- (B) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.
- (C) A falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, suprimindo a nomeação de defensor dativo, não constitui nulidade.
- (D) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado.
- (E) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

GRUPO TEMÁTICO II**QUESTÃO 41**

Considerando o regime jurídico que regula as entidades familiares, e a jurisprudência dos tribunais superiores, pode-se afirmar que a união homoafetiva

- (A) não é reconhecida pela ordem jurídica brasileira em razão do que dispõe o artigo 1.726, do Código Civil.
- (B) é reconhecida em igualdade de condição em relação às formas de entidade familiar que já se encontram reguladas pela lei civil.
- (C) em razão do que dispõe a Constituição brasileira, as entidades familiares não podem ser limitadas pela definição realizada pelo Código Civil, mas não é possível, neste momento, atribuir a estas outras, os mesmos efeitos civis já regulados pela codificação.
- (D) é merecedora da proteção atribuída às uniões estáveis apenas para fins patrimoniais.
- (E) é protegida pela ordem jurídica por meio das mesmas garantias atribuídas pela lei civil à união estável, não sendo permitido, entretanto, o casamento.

QUESTÃO 42

Sobre a responsabilidade pela perda de uma chance, é correto afirmar:

- (A) Não se encontra contemplada pela ordem jurídica brasileira.
- (B) O Código Civil em vigor permite o seu reconhecimento por meio de uma cláusula geral de reparação dos danos e de um dever geral de indenizar os prejuízos.
- (C) O Código Civil vigente permite o seu reconhecimento, mas não o propõe por meio de uma regra expressa.
- (D) Não é compatível com a ordem jurídica civil em razão de que esta exige como pressuposto um dano certo para o fim de sua compensação.
- (E) Refere-se a danos hipotéticos e que, por essa razão, não podem ser compensados por meio do regime jurídico previsto pelo Código Civil vigente.

QUESTÃO 43

Se uma empresa é objeto de publicidade ofensiva realizada por seu concorrente ao ponto de afetar sua receita naquele domínio de mercado, ela poderá

- (A) ser reparada em relação aos prejuízos materiais e morais, porque as pessoas jurídicas também possuem direitos fundamentais que precisam ser tutelados pela ordem constitucional e pela ordem jurídica civil.
- (B) propor a reparação judicial dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais porque, em relação a estes últimos, eles são efeitos reflexos dos prejuízos econômicos.
- (C) ser reparada dos prejuízos patrimoniais, mas não poderá obter a reparação de danos morais porque estes somente podem ser experimentados pelas pessoas físicas.
- (D) ser reparada dos prejuízos patrimoniais, mas não assim dos prejuízos extrapatrimoniais porque as pessoas jurídicas não detêm personalidade e direitos fundamentais que possam ser lesados.
- (E) ser reparada em relação aos prejuízos materiais e morais, porque, em relação a estes últimos, seus acionistas possuem interesses morais tutelados.

QUESTÃO 44

Sobre a proteção civil especial que é conferida aos idosos pela ordem jurídica brasileira, analise as seguintes afirmativas:

- I - Não lhes permite o acesso gratuito no sistema de transporte coletivo interestadual.
- II - Assegura o acesso gratuito aos meios públicos e regulares de transporte coletivo urbano.
- III - Garante a prioridade na aquisição de imóvel em programas públicos de habitação.
- IV - Assegura o acesso gratuito no sistema de transporte coletivo interestadual e não permite o acesso a tarifas diferenciadas.
- V - Assegura o atendimento domiciliar por meio do Sistema Único de Saúde.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) II, III e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.
- (E) I, III e V, apenas.

QUESTÃO 45

Os efeitos do princípio *nemo venire contra factum proprio*

- (A) possuem expresse reconhecimento pelo Código Civil brasileiro de 2002 por meio de uma cláusula geral.
- (B) não podem ser identificados no Código Civil brasileiro de 2002, assim como também não podiam no Código Civil de 1916.
- (C) possuem reconhecimento pelo Código Civil brasileiro de 2002, mas não assim no Código Civil de 1916.
- (D) podem ser identificados no Código Civil brasileiro de 2002 e no Código Civil de 1916 por meio de interpretação de algumas regras específicas, entre outras reguladoras dos contratos e dos negócios jurídicos.
- (E) foram contemplados pelo Código Civil brasileiro de 2002 na forma de cláusulas específicas, mas não o foram do mesmo modo pelo Código Civil de 1916.

QUESTÃO 46

Em relação à lei Lehmann, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os proprietários podem fixar limitações urbanísticas distintas daquelas fixadas em lei, mas estas não podem ser mais restritivas.
- (B) O proprietário não pode fixar restrições urbanísticas, porque, em atenção ao princípio constitucional da legalidade, apenas lei em sentido formal pode impor condicionamentos aos particulares.
- (C) Os proprietários não podem fixar restrições urbanísticas com o poder de atingir terceiros, uma vez que as convenções somente podem valer entre as partes envolvidas.
- (D) Os proprietários podem fixar limitações urbanísticas que podem, inclusive, ser superiores e mais restritivas do que as que foram fixadas pela legislação.
- (E) As convenções entre particulares apenas podem ser fixadas quando houver lacunas na legislação.

QUESTÃO 47

Sobre o direito de preempção regulado no Estatuto da Cidade, é correto afirmar:

- (A) Exige que todos os particulares notifiquem previamente o município para que o exerça, uma vez que na hipótese, deve ser considerado o princípio da prevalência do interesse público sobre o particular.
- (B) Assegura que o poder público municipal possa proteger imóveis de interesse cultural desde que estes se encontrem localizados na área de abrangência que tenha sido definida em lei, e que tenham sido consideradas as diretrizes fixadas no respectivo plano diretor.
- (C) O município poderá exercê-lo perante os particulares visando à criação de parque municipal, desde que tenha origem em declaração de utilidade pública da área, assegurando-lhe o direito à indenização prévia e em dinheiro.
- (D) Sujeita os proprietários que possuírem imóveis nas áreas que tenham sido reconhecidas por decreto de interesse público, e assegura que o município, após notificado para exercê-lo, faça-o em até cinco anos.
- (E) Condiciona que os proprietários que detenham imóveis nas áreas assim reconhecidas em lei notifiquem previamente o poder público municipal para que o exerça no prazo de cinco anos.

QUESTÃO 48

Sobre a função socioambiental da propriedade, é correto afirmar:

- (A) O uso nocivo da propriedade é vedado por leis especiais, mas não possui previsão expressa no Código Civil de 2002.
- (B) O uso compulsório do imóvel é obrigação que pode ser imposta ao proprietário sempre que, por meio de ato administrativo, o poder público considere que o imóvel é subutilizado.
- (C) O uso compulsório do imóvel constitui um dos instrumentos que permitem viabilizar o atendimento da função socioambiental da propriedade.
- (D) O Código Civil apenas exige o cumprimento de uma função social, mas não define uma função ambiental, matéria que foi objeto de regulação por leis especiais.
- (E) A edificação compulsória, o IPTU progressivo e o parcelamento compulsório são instrumentos que viabilizam o atendimento da função socioambiental da propriedade, não sendo possível, entretanto, que o proprietário seja obrigado a utilizar o imóvel já edificado.

QUESTÃO 49

Em relação ao cancelamento de registro público, é correto afirmar:

- (A) O Ministério Público, as partes e a Fazenda Pública poderão requerê-lo administrativamente após a confirmação em processo administrativo dos motivos que justificaram a nulidade do título.
- (B) Somente poderá ser obtido por meio de declaração judicial em pretensão deduzida pela Fazenda Pública, pelas partes interessadas ou pelo Ministério Público.
- (C) Somente poderá ser obtido por meio de declaração judicial após o requerimento das partes interessadas.
- (D) Poderá ser realizado por iniciativa das partes, da Fazenda Pública e do Ministério Público, os quais poderão fazer uso de processo administrativo ou de procedimento judicial.
- (E) A Fazenda Pública poderá obter a rescisão do título, após a confirmação em processo administrativo, independente de decisão judicial.

QUESTÃO 50

Sobre o princípio de proteção da boa-fé objetiva no Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

- (A) Não foi contemplado pelo Código Civil vigente como cláusula geral para os contratos, mas pode ser identificado em cláusulas específicas nas relações jurídicas reguladas pela codificação.
- (B) Possui previsão expressa como cláusula geral, mas não possui previsão em cláusulas específicas.
- (C) Não foi contemplado pelo Código Civil de forma expressa sendo possível, entretanto, reconhecê-lo por meio do recurso à interpretação integrativa e da consideração do princípio da proteção da confiança.
- (D) Possui previsão expressa como cláusula geral na forma da boa-fé contratual, além de também ser possível reconhecer seus efeitos em manifestações específicas nas relações jurídicas reguladas pela codificação.
- (E) Possui previsão expressa como cláusula geral para os contratos, uma vez que se vincula ao controle dos vícios sobre a condição pessoal dos contratantes, mas não possui previsão em cláusulas específicas.

QUESTÃO 51

“A tutela cautelar assegura a *tutela* de um direito *violado* ou, em outro caso, assegura uma situação jurídica tutelável, ou seja, uma situação jurídica a ser tutelada através do chamado processo principal”.

(MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz, *in* Processo Cautelar, p. 23.)

Sobre o instituto da tutela cautelar, analise as assertivas.

- I - A tutela cautelar não encontra limite no trânsito em julgado da sentença de procedência, mas sim no trânsito em julgado da sentença de improcedência.
- II - A circunstância de a tutela ser fundada em perigo e baseada em cognição sumária é o suficiente para caracterizá-la como cautelar.
- III - Há contradição entre a declaração da inexistência do direito por sentença e a necessidade da manutenção da tutela cautelar.
- IV - Para se definir a natureza da tutela lastreada em cognição sumária e perigo, é necessário investigar a sua função, que pode ser satisfativa ou de segurança; apenas a primeira possui natureza cautelar, a última constitui tutela antecipatória.
- V - A eficácia da tutela cautelar liga-se ao perigo de dano, tendo com ele uma relação de temporariedade, e não com a sentença de mérito, com a qual teria uma relação de provisoriedade.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e V, apenas.
- (D) IV e V, apenas.
- (E) II, III e V, apenas.

QUESTÃO 52

Pedro, servidor público estadual, exclusivamente comissionado, praticou ato de improbidade administrativa em 30 de junho de 2000. Em razão desse fato, Pedro foi exonerado, deixando de manter vínculo com o Estado em 30 de março de 2001. Após apuração do fato por meio de inquérito civil público, o Ministério Público Estadual promoveu Ação de Responsabilização por Ato de Improbidade Administrativa em 30 de janeiro de 2006. No entanto, a citação do réu só ocorreu no dia 30 de novembro de 2006, razão pela qual a defesa de Pedro alegou a ocorrência da prescrição quinquenal.

A respeito da situação acima, pode-se afirmar:

- (A) A pretensão do Estado em punir o servidor pela prática de ato de improbidade administrativa foi fulminada pela prescrição, pois entre a data de sua exoneração e a data da efetiva citação transcorreu prazo superior a cinco anos, remanescendo a possibilidade de ressarcimento de eventual dano ao erário.
- (B) Não sobreveio a prescrição quinquenal, pois o prazo para sua ocorrência foi interrompido com a propositura da ação, não havendo que se falar em perda da pretensão de punir o ex-servidor em razão do transcurso de prazo superior a cinco anos, pois o prazo é contado da data da exoneração do réu até a data da propositura da ação.
- (C) A pretensão do Estado em punir o servidor pela prática de ato de improbidade administrativa foi fulminada pela prescrição, pois entre a data da prática do ato de improbidade e a data da promoção da Ação de Responsabilização por Ato de Improbidade Administrativa transcorreu prazo superior a cinco anos, remanescendo a possibilidade de ressarcimento de eventual dano ao erário.
- (D) Não ocorreu a prescrição, pois o ex-servidor era exclusivamente comissionado, razão pela qual não se aplica à sua situação o prazo estipulado no artigo 23 da Lei nº 8.429/1992, mas tão somente o artigo 205 do Código Civil, que estabelece o prazo prescricional geral em 10 anos.
- (E) A Ação de Responsabilização por Ato de Improbidade Administrativa foi proposta após o transcurso do prazo decadencial de cinco anos, eis que conta-se tal prazo da data do fato praticado pelo ex-servidor até a data da propositura da ação, remanescendo para o Estado a possibilidade de buscar ressarcimento de eventual dano ao erário.

QUESTÃO 53

Em relação ao mandado de segurança coletivo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Os legitimados expressamente elencados no artigo 5º, inciso LXX, da Constituição da República de 1988, agem em substituição processual, razão pela qual não se exige autorização dos substituídos para a propositura da medida.
- (B) Como o mandado de segurança coletivo não recebeu desenho específico, aplica-se na avaliação dos requisitos necessários para sua impetração a disciplina prevista para o mandado de segurança individual.
- (C) Em relação aos legitimados ativos para a propositura do mandado de segurança coletivo, especificamente às associações, organizações sindicais e entidades de classe, vigora o entendimento de que somente em relação às associações é aplicável o requisito da pré-constituição há um ano.
- (D) Em relação aos partidos políticos, é necessário que, quando do ajuizamento da ação, possuam eles representação no Congresso Nacional, ainda que essa representação venha a ser perdida no curso do processo.
- (E) Para a impetração de mandado de segurança coletivo por partido político, entende-se que eles estão legitimados para a defesa de quaisquer interesses, não havendo necessidade de pertinência com sua finalidade institucional.

QUESTÃO 54

Sobre Ação Popular, analise as assertivas.

- I - A Ação Popular, como integrante do microsistema processual coletivo, é regida não só pela Lei nº 4.717/1965, mas também pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei da Ação Civil Pública, sempre de forma complementar.
- II - A Ação Popular deve ser proposta sempre no foro do domicílio do autor popular, independentemente de onde ocorreu a lesão ou ameaça de lesão.
- III - A coisa julgada na Ação Popular opera *erga omnes*, tanto em caso de procedência do pedido ou improcedência, mas nunca *secundum eventum litis*.
- IV - Independentemente do resultado da Ação Popular, a eficácia da sentença proferida está condicionada à remessa obrigatória para o tribunal competente.
- V - A Constituição da República de 1988 pouco inovou no âmbito objetivo-material da Ação Popular, pois com o advento da Lei da Ação Civil Pública em 1985, já era possível ao cidadão propor ação para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III e V, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) V, apenas.

QUESTÃO 55

A interposição de recursos opera, no plano processual e também no fático, inúmeros efeitos, alguns com maior, outros com menor intensidade. Sobre recursos e respectivos efeitos, analise as assertivas.

- I - Todos os recursos previstos no direito brasileiro impedem a incidência da preclusão sobre a decisão que estão aptos a atacar.
- II - Quando se afirma que determinado recurso possui efeito suspensivo, permite-se que a decisão que por ele possa ser recorrida produza efeitos após sua publicação.
- III - Embora os recursos sejam uma via de impugnação de ato judicial, existem outros caminhos que podem ser utilizados para essa mesma finalidade.
- IV - O efeito translativo prescinde de expressa manifestação das partes, uma vez que o referido efeito está ligado à matéria que compete ao Judiciário conhecer em qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- V - O efeito devolutivo conferido aos recursos é corolário do princípio do juiz natural.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, III, IV e V, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e V, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) IV e V, apenas.

QUESTÃO 56

Com referência à *fluid recovery* prevista no artigo 100 da Lei nº 8.078/1990, é correto afirmar:

- (A) Decorrido o prazo de 06 meses, contados do trânsito em julgado da sentença, sem habilitação de interessados, poderão os legitimados do artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor promover a liquidação e execução da indenização devida, sem prejuízo dos créditos individuais das vítimas.
- (B) Decorrido o prazo de 01 ano, contado da prolação da sentença de 1º grau e independente do trânsito em julgado, sem habilitação de interessados, poderão os legitimados do artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor promover a liquidação e execução da indenização devida, devendo as vítimas buscar o ressarcimento do valor junto ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.
- (C) Decorrido o prazo de 06 meses sem habilitação de interessados, poderão os legitimados do artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor promover a liquidação e execução da indenização devida, devendo as vítimas buscar o ressarcimento do valor junto ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.
- (D) Decorrido o prazo de 01 ano, contado da publicação do edital para divulgação da sentença coletiva, sem habilitação de interessados, poderão os legitimados do artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor promover a liquidação e execução da indenização devida, sem prejuízo dos créditos individuais das vítimas.
- (E) Decorrido o prazo de 01 ano sem habilitação de interessados, contado da prolação da sentença de 1º grau e independente do trânsito em julgado, poderão os legitimados do artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor promover a liquidação e execução da indenização devida, não podendo mais as vítimas liquidar e executar os créditos individuais em decorrência da preclusão.

QUESTÃO 57

Em relação à coisa julgada nas ações coletivas, analise as afirmativas.

- I - A sentença fará coisa julgada *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, quando se tratar de interesses ou direitos difusos, situação em que a coisa julgada opera *secundum eventum probationis*.
- II - A sentença fará coisa julgada *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, situação em que a coisa julgada opera *secundum eventum probationis*.
- III - A sentença sempre fará coisa julgada *inter partes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado que não tenha feito parte do processo poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, quando se tratar de interesses ou direitos difusos.
- IV - A sentença fará coisa julgada *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, situação em que a coisa julgada opera *secundum eventum litis*.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

QUESTÃO 58

Em relação à coisa julgada nas ações coletivas, analise as afirmativas.

- I - Com o advento da Lei nº 11.232/2005, foi extinta a discussão acerca da natureza jurídica da liquidação de sentença, que foi deslocada de lugar e se encontra em capítulo que antecede o cumprimento de sentença, como mero incidente processual da fase de conhecimento.
- II - É possível a execução de julgado em Ação Coletiva proposta para a defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos por Associação Civil, que, no caso, possui legitimação ordinária autônoma.
- III - A decisão que julga a liquidação de sentença faz coisa julgada material, apesar disso, desafia o recurso de agravo de instrumento.
- IV - Não há possibilidade de haver execução ou cumprimento de sentença sem que o título que o embasa esteja revestido de todos os requisitos estabelecidos na Lei Processual Civil, quais sejam, liquidez, certeza e exigibilidade.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 59

Sobre o instituto da Substituição Processual previsto no artigo 6º do Código de Processo Civil, analise as assertivas.

- I - Uma das hipóteses de substituição processual ocorre quando a parte, na pendência do processo, aliena a coisa litigiosa ou cede o direito pleiteado em juízo a título particular por ato entre vivos.
- II - A substituição processual pode ocorrer tanto no polo passivo quanto no polo ativo da demanda.
- III - Uma das hipóteses de substituição processual confere legitimidade ao Ministério Público para mover a ação civil de reparação do dano *ex delicto*, quando o titular do direito à indenização for pobre.
- IV - Os poderes do substituto processual são amplos, no que diz respeito aos atos e faculdades processuais, compreendendo, inclusive, os atos de disposição do próprio direito material do substituído.
- V - O substituto processual não pode ser sujeito passivo de sanções processuais, como a punição pela litigância de má fé, e de medidas coercitivas, como a multa diária, pois somente o substituído deve responder pelas sanções processuais, eis que é o seu direito que está sendo defendido em juízo.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II e V, apenas.
- (C) IV e V, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 60

Sobre o microssistema processual coletivo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O compromisso de ajustamento de conduta, segundo a doutrina, possui, no mínimo, duas grandes vantagens sobre a via judicial; a primeira consiste em equacionar de forma mais rápida e efetiva a irregularidade e a segunda consiste na previsão de mecanismos de sanções exigíveis desde logo para o caso de descumprimento das obrigações.
- (B) A multa imposta em sede de Ação Civil Pública só é exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, ainda que seja devida desde o dia em que se configurou o descumprimento.
- (C) O compromisso de ajustamento de conduta é uma negociação que se estabelece entre os órgãos públicos legitimados a propor a Ação Civil Pública e os descumpridores da legislação de regência da matéria.
- (D) Em sede de improbidade administrativa, o Termo de Ajustamento de Conduta se mostra incabível tendo em vista a vedação expressa do artigo 17, §1º, da Lei nº 8.429/1992 no que se refere aos agentes ímprobos, não sendo descartada a possibilidade de firmar compromisso na matéria estranha à improbidade, quando cabível.
- (E) O compromisso de ajustamento de conduta, quando firmado no curso de uma ação civil pública, está sujeito à homologação do Conselho Superior do Ministério Público como condição de validade do próprio compromisso.

GRUPO TEMÁTICO III**QUESTÃO 61**

Sobre a nacionalidade brasileira, assinale a assertiva correta.

- (A) Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 54/2007, que sejam filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil.
- (B) Os nascidos no estrangeiro entre 5 de outubro de 1988 e a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 54/2007, que sejam filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil.
- (C) Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 54/2007, que sejam filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil apenas depois de atingida a maioridade.
- (D) Os nascidos no estrangeiro entre 5 de outubro de 1988 e a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 54/2007, que sejam filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil depois de atingida a maioridade.
- (E) Os nascidos no estrangeiro entre 5 de outubro de 1988 e a data da promulgação da Emenda Constitucional nº 54/2007, que sejam filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, serão considerados brasileiros natos mediante o exercício da respectiva opção, levada a efeito perante o juízo federal competente.

QUESTÃO 62

Nos termos da Constituição do Estado de Mato Grosso, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida mediante controle externo pelo Poder

- (A) Executivo e pelo sistema de controle interno estabelecido na sua Lei Complementar.
- (B) Legislativo e pelo sistema de controle interno estabelecido na sua Lei Complementar.
- (C) Judiciário e pelo sistema de controle interno estabelecido na sua Lei Complementar.
- (D) Executivo e pelo Colégio de Procuradores de Justiça, pelo sistema de controle interno.
- (E) Legislativo e pelo Colégio de Procuradores de Justiça, pelo sistema de controle interno.

QUESTÃO 63

Sobre os princípios da República Federativa do Brasil atinentes às relações internacionais, é correto afirmar:

- (A) A previsão constitucional de concessão de asilo político restringe-se à ocorrência do asilo diplomático, que tem lugar quando a pessoa perseguida encontra guarida nas representações brasileiras no exterior, podendo dar-se em embaixadas ou consulados, ou, até mesmo, em unidades militares brasileiras acreditadas no país de origem.
- (B) A previsão constitucional de concessão de asilo político é previsão-gênero, que alberga em seu conceito duas espécies de asilo, o diplomático e o territorial, sendo o primeiro o que se dá em embaixadas ou representações diplomáticas do Brasil no exterior, e o segundo o que ocorre com a vinda efetiva do asilado para o território nacional depois da obtenção de salvo-conduto no país de origem.
- (C) A previsão constitucional de concessão de asilo político restringe-se à ocorrência do asilo territorial, cuja principal característica é tratar-se de instituição de caráter humanitário que não se sujeita à reciprocidade, podendo qualquer pessoa, de qualquer nacionalidade, sujeitar-se à sua efetiva proteção.
- (D) A previsão constitucional de concessão de asilo político é expressão-gênero, que abrange o asilo diplomático e o asilo territorial, este último também conhecido por “refúgio”, institutos que guardam idênticos fundamentos, características e motivações, a exemplo das perseguições por motivo de raça, nacionalidade, grupo social, religião, dentre outros.
- (E) A previsão constitucional de concessão de asilo territorial tem por motivação a imputação ao sujeito de atos alheios a fatos tipificados como crimes, a exemplo de pertencer o sujeito a determinado grupo social ou cultural, ou de ter determinada religião que não aquela oficial do Estado de origem, ou até mesmo de ter manifestado uma opinião contrária à vontade do governo, o que faz com os pedidos extradicionais perante o STF não devam ser conhecidos pelo Tribunal.

QUESTÃO 64

Nos termos da célebre classificação sobre a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais de José Afonso da Silva, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A norma “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (art. 144, *caput*, CF/88) é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- (B) A norma “A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos territórios” (art. 33, *caput*, CF/88) é de eficácia limitada de princípio institutivo.
- (C) A norma “As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos” (art. 145, § 2º, CF/88) é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- (D) A norma “Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar” (art. 143, § 1º, CF/88) é de eficácia limitada.
- (E) A norma “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei” (art. 7º, XX, CF/88) é de eficácia limitada de princípio programático.

QUESTÃO 65

Na Constituição brasileira de 1988, a independência nacional constitui:

- (A) Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (B) Fundamento da República Federativa do Brasil.
- (C) Princípio pelo qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais.
- (D) Princípio referido no Preâmbulo e reafirmado na disposição atinente à competência do Conselho de Defesa Nacional.
- (E) Um dos princípios gerais da atividade econômica.

QUESTÃO 66

No que tange ao processo de aprovação das Medidas Provisórias, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cabe à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelo plenário do Congresso Nacional.
- (B) Cabe à comissão mista do Congresso Nacional examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, depois de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (C) Cabe à comissão parlamentar conjunta examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, depois de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- (D) Cabe à Mesa do Congresso Nacional examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (E) Cabe à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

QUESTÃO 67

É possível afirmar que a Constituição Brasileira de 1988, no que tange aos princípios das relações internacionais, tem como característica:

- (A) A de ser uma Constituição que até a promulgação da Emenda 45/2004 sempre fez tábula rasa do Direito Internacional Público, em especial do Direito Internacional dos Direitos Humanos, ao não prever claramente a hierarquia das normas internacionais em geral no plano do Direito brasileiro, bem assim por impedir a participação popular em matéria de política externa quando há encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (B) A de ser a segunda Constituição brasileira (a primeira foi a Carta de 1967) a incluir expressamente em seu texto os objetivos da República Federativa do Brasil e os princípios pelos quais deve o Brasil reger-se nas suas relações internacionais, além de impor ao STF a competência para a decisão sobre a inconstitucionalidade de tratados.
- (C) A de ser uma Constituição aberta e receptiva ao Direito Internacional Público, à medida que contém certas “cláusulas de diálogo” ou “cláusulas dialógicas” como a do art. 4, II, que permite a aplicação da norma de proteção de direitos mais benéfica ao ser humano, e a do art. 5º, § 2º, que não exclui do âmbito constitucional de aplicação as normas provenientes de tratados sobre direitos humanos de que o Brasil é parte.
- (D) A de ser uma Constituição que mesmo depois da Emenda 45/2004 faz tábula rasa do Direito Internacional Público, eis que, embora permitindo a equivalência convencional às regras do seu próprio texto em determinados casos, fica ainda muito aquém de outros textos constitucionais latino-americanos que garantem equiparação convencional geral às normas constitucionais, como fazem as Constituições da Argentina e da Venezuela.
- (E) A de ser uma Constituição aberta e receptiva ao Direito Internacional Público, à medida que desde a sua edição já contém normas sobre a inconstitucionalidade dos tratados perante o STF e sobre deslocamento de competência para a Justiça Federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.

QUESTÃO 68

Nos termos do código eleitoral, a votação será NULA quando

- (A) houver extravio de documento considerado essencial.
- (B) viciada de fraude.
- (C) viciada de coação.
- (D) encerrada antes das 17 horas.
- (E) for negado ou sofrer restrição o ato de fiscalização.

QUESTÃO 69

Sobre o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, é correto afirmar:

- (A) Compõe-se de quatro principais instrumentos: a Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988), estando este último ainda pendente de ratificação pelo Estado brasileiro.
- (B) Compõe-se de quatro principais instrumentos: a Carta da Organização das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988), estando este último ainda pendente de ratificação pelo Estado brasileiro.
- (C) Compõe-se de quatro principais instrumentos: a Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988), estando este último ainda pendente de ratificação pelo Estado brasileiro.
- (D) Compõe-se de quatro principais instrumentos: a Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988), todos em vigor na ordem jurídica brasileira.
- (E) Compõe-se de quatro principais instrumentos: a Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988), todos em vigor na ordem jurídica brasileira.

QUESTÃO 70

Sobre o processamento do Estado no sistema interamericano de direitos humanos, é correto afirmar:

- (A) Cabe à Comissão Interamericana ou ao cidadão diretamente prejudicado propor perante a Corte Interamericana denúncias ou queixas por violação de direitos humanos, devendo a condenação da Corte recair sempre sobre um Estado-parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- (B) Cabe exclusivamente ao Estado de nacionalidade da vítima propor perante a Corte Interamericana ação competente de reparação de danos sempre que a violação aos direitos humanos tenha ocorrido em território de outro Estado, desde que este último seja parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e tenha aceitado a jurisdição contenciosa do tribunal.
- (C) Cabe à Comissão Interamericana, e não aos particulares, propor perante a Corte Interamericana ação competente por violação de direitos humanos e sua reparação, podendo também fazê-lo outro Estado pactuante, desde que o país acusado tenha anteriormente aceito a jurisdição contenciosa do tribunal.
- (D) Cabe à parte especialmente prejudicada pela violação de direitos humanos a propositura de ação competente perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, porém, com o acompanhamento de técnicos da Comissão Interamericana, que também ficarão responsáveis pelo encaminhamento dos demais atos processuais perante a Corte.
- (E) Podem propor uma ação de reparação de danos por violação de direitos humanos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos a Comissão Interamericana ou um Estado-parte na Convenção Americana, podendo fazê-lo contra outro Estado-parte na Convenção ou contra um grupo de pessoas (p.ex: um grupo de militares) que exerça atividades de comando dentro da ordem estatal.

QUESTÃO 71

Acerca dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil e seu sistema de controle, analise as afirmativas.

- I - O instrumento utilizado pelo Congresso Nacional para aprovar conjuntamente, com equivalência de emenda constitucional, os dois primeiros tratados de direitos humanos pela sistemática do art. 5º, § 3º, da Constituição, respectivamente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, foi um Decreto Legislativo.
- II - Paralelamente ao conhecido controle de constitucionalidade, há na sistemática da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) o chamado “controle de convencionalidade”, que pode ser exercido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem assim pelo Poder Judiciário interno dos Estados-partes na Convenção apenas pela via abstrata.
- III - É cabível a Ação Direta de Inconstitucionalidade ou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental para atacar lei federal ou estadual que, não obstante compatível com o texto da Constituição Federal, viola disposição de tratado de direitos humanos internalizado com equivalência de emenda constitucional no Brasil.
- IV - O exame de compatibilidade das leis internas com os tratados internacionais de direitos humanos em vigor no país só pode ser exercido em relação a casos concretos pelos juízes e tribunais nacionais, mesmo tendo sido o tratado internalizado pela sistemática do art. 5º, § 3º, da Constituição, eis que, como já decidiu o STF, não pode este Tribunal usurpar a competência da ADI ou da ADPF prevista pela Constituição Federal.
- V - A declaração de constitucionalidade de uma norma pelo STF impede que o mesmo Tribunal, tempos depois, controle a “convencionalidade” dessa mesma norma, declarando-a inválida para reger determinada situação jurídica, uma vez que o exercício prévio do controle de constitucionalidade pelo Supremo exclui eventual exercício posterior do controle de convencionalidade.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e V, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, IV e V, apenas.

QUESTÃO 72

Quanto aos órgãos que compõem a Justiça Eleitoral, assinale a assertiva correta.

- (A) O Tribunal Superior Eleitoral é composto por sete membros: três Ministros do Supremo Tribunal Federal; dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça; e dois advogados que ocuparão as vagas destinadas à classe dos juristas, nomeados pelo Presidente da República, de uma lista sêxtupla elaborada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Os dois advogados integrantes do Tribunal Superior Eleitoral, que devem ser detentores de notável saber jurídico e indiscutível idoneidade moral, não podem ser recrutados dentre profissionais com mais de setenta anos.
- (C) Cada Estado da Federação e o Distrito Federal possuem um Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição em seus respectivos territórios e composto por sete membros: dois desembargadores do Tribunal de Justiça; dois juízes estaduais, dentre juízes de direito escolhidos pelo Tribunal de Justiça; um desembargador ou, na falta deste, um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal; e dois advogados nomeados pelo Governador do Estado, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça local.
- (D) O desembargador ou juiz do Tribunal Regional Federal integrante do Tribunal Regional Eleitoral poderá exercer a Presidência, a Vice-Presidência ou a Corregedoria dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (E) As Juntas Eleitorais são presididas por um juiz de direito, integradas por cidadãos de notória idoneidade e pelo Promotor Eleitoral.

QUESTÃO 73

São inelegíveis as pessoas que ocuparam cargos ou função de administração, direção ou representação de estabelecimento de crédito, financiamento ou seguro por _____ antes da data de decretação da liquidação judicial ou extrajudicial do empreendimento, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) seis meses
- (B) doze meses
- (C) dezoito meses
- (D) vinte e quatro meses
- (E) trinta e seis meses

QUESTÃO 74

Segundo a lei nº 11.107/2005, a União Federal poderá ser parte integrante de consórcios públicos. Essa participação somente ocorrerá quando

- (A) fizerem parte dele apenas Estados, sem a participação de municípios.
- (B) fizerem parte dele apenas municípios situados em Estados diferentes.
- (C) fizer parte dele mais de um Estado.
- (D) fizerem parte dele Estados situados em diferentes regiões da federação.
- (E) fizerem parte dele todos os Estados a que pertencerem os municípios consorciados.

QUESTÃO 75

A condição de “agência executiva”, na administração pública federal, é situação que pode ser concedida pela Presidência da República a que tipo de entes?

- (A) Autarquias e órgãos da administração direta.
- (B) Apenas autarquias.
- (C) Fundações e órgãos da administração direta.
- (D) Apenas órgãos da administração direta.
- (E) Autarquias e fundações.

QUESTÃO 76

Qual a natureza jurídica da sociedade de economia mista?

- (A) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito público.
- (B) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado e de direito público.
- (C) Entidade dotada de personalidade específica.
- (D) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- (E) Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado de capacidade específica.

QUESTÃO 77

Assinale a alternativa que apresenta o instituto com característica de limitação administrativa.

- (A) Desapropriação por utilidade pública
- (B) Desapropriação por interesse social
- (C) Requisição
- (D) Ocupação temporária
- (E) Área de preservação permanente

QUESTÃO 78

No que tange à legislação tributária e às isenções de tributos, assinale a assertiva correta.

- (A) Segundo o STF, não pode um tratado internacional isentar tributos estaduais ou municipais, tendo em vista ser vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 151, III, CF/88).
- (B) Segundo o STF, é possível haver isenção de tributos estaduais ou municipais por meio de tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil é parte, não se aplicando ao caso a regra do art. 151, III, da Constituição, que veda à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) O STF ainda não se posicionou sobre a questão das isenções de tributos estaduais ou municipais pela via dos tratados internacionais, mas há decisões do STJ a respeito, todas no sentido da impossibilidade de tais isenções, por se tratar de violação do art. 151, III, da Constituição.
- (D) O STF ainda não se posicionou sobre a questão das isenções de tributos estaduais ou municipais pela via dos tratados internacionais, mas há decisões do STJ a respeito, todas no sentido da possibilidade de tais isenções, por se tratar de exceção à regra do art. 151, III, da Constituição.
- (E) O art. 151, III, da Constituição, ao impedir a União de instituir isenções de tributos estaduais, distritais ou municipais, estende-se também às isenções concedidas por meio de tratados bilaterais firmados pela União com outra potência estrangeira.

QUESTÃO 79

É correto afirmar que o Tribunal de Contas, no Brasil:

- (A) Tem função legislativa capaz de instituir comandos primários no âmbito de sua competência controladora.
- (B) Tem função legislativa concorrente capaz de instituir regulamentos no âmbito de sua competência controladora.
- (C) Tem poder normativo de dispor da forma como obrigar ou impor aos entes sob seu controle as regras de comportamento.
- (D) Tem poder normativo subsidiário capaz de instituir regulamentos no âmbito de sua competência controladora.
- (E) Tem função legislativa e poder normativo capazes de instituir comandos primários no âmbito de sua competência controladora e dispor da maneira pela qual seus entes obrigam-se às regras de comportamento.

QUESTÃO 80

NÃO pode ser considerada hipótese de extinção das licenças administrativas:

- (A) a revogação.
- (B) a invalidação.
- (C) a cassação.
- (D) a caducidade.
- (E) o interesse público superveniente, desde que ocorra prévia e justa indenização.

GRUPO TEMÁTICO IV

QUESTÃO 81

Leia atentamente as situações abaixo descritas.

Situação A: Divulgação de propaganda enganosa sobre determinado produto ou serviço.

Situação B: Cobrança ou aumento ilegal de mensalidade escolar de um determinado estabelecimento educacional.

Em relação a essas situações, analise as assertivas.

- I - Na situação A, o ajuizamento de ação coletiva objetivando a suspensão liminar e a cessação definitiva de divulgação trata-se de pretensão difusa; com base no mesmo fato lesivo (divulgação da propaganda enganosa), é cabível a cumulação de pedido condenatório de cunho patrimonial (devolução do preço, indenização) em favor dos consumidores lesados (pretensão individual homogênea).
- II - Na situação B, o ajuizamento de ação coletiva objetivando cessar a prática ilegal ou inconstitucional e atender às exigências e parâmetros legais trata-se de pretensão difusa; com base no mesmo fato lesivo (cobrança ilegal), é cabível a cumulação de pedido de devolução da diferença ou do total pago indevidamente pelos alunos (pretensão individual homogênea).
- III - Na situação A, o ajuizamento de ação coletiva objetivando a suspensão liminar e a cessação definitiva de divulgação trata-se de pretensão difusa; no entanto, com base no mesmo fato lesivo (divulgação da propaganda enganosa), não é cabível a cumulação de pedido condenatório de cunho patrimonial (devolução do preço, indenização) em favor dos consumidores lesados (pretensão individual homogênea).
- IV - Na situação B, o ajuizamento de ação coletiva objetivando cessar a prática ilegal ou inconstitucional e atender às exigências e parâmetros legais trata-se de pretensão coletiva, em sentido estrito; no entanto, com base no mesmo fato lesivo (cobrança ilegal), não é cabível o pedido de devolução da diferença ou do total pago indevidamente pelos alunos (pretensão individual homogênea).
- V - Na situação B, o ajuizamento de ação coletiva objetivando cessar a prática ilegal ou inconstitucional e atender às exigências e parâmetros legais trata-se de pretensão coletiva, em sentido estrito; com base no mesmo fato lesivo (cobrança ilegal), é cabível a cumulação de pedido de devolução da diferença ou do total pago indevidamente pelos alunos (pretensão individual homogênea).

Estão corretas as assertivas:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) III e V, apenas.
- (C) I, II e V, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e V, apenas.

QUESTÃO 82

Quanto à legitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público, marque a assertiva **INCORRETA**.

- (A) A Lei nº 8.429/1992 atribui ao Ministério Público legitimidade exclusiva para o manejo da ação de responsabilidade pelos atos de improbidade administrativa.
- (B) A Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) autoriza a atuação do Ministério Público como substituto processual do idoso, ainda que para a defesa individual.
- (C) A Lei nº 7.347/1985 atribui ao Ministério Público legitimidade concorrente e disjuntiva para o manejo da ação civil pública, bem como a outros órgãos e pessoas jurídicas de direito público e privado indicados no art. 5º desta lei e no art. 82 da Lei nº 8.078/1990.
- (D) A Lei nº 4.717/1965 atribui legitimidade ativa *ad causam* a qualquer cidadão, de forma concorrente e disjuntiva, impondo ao Ministério Público a assunção do polo ativo da ação popular, como legitimado subsidiário, além da possibilidade de interpor recurso de decisão desfavorável ao autor popular.
- (E) A superveniência do prazo de 30 dias para o Ministério Público manejar a execução da sentença condenatória proferida em ação popular pode acarretar sanção de ordem administrativa ao representante do *parquet* e não a perda de legitimidade ativa do órgão ministerial.

QUESTÃO 83

Quanto aos efeitos dos recursos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Nas ações propostas com base na Lei de Ação Civil Pública, os recursos têm o efeito devolutivo como regra geral, podendo o juiz conferir-lhes caráter suspensivo para evitar dano irreparável à parte.
- () O recurso de apelação apresentado contra sentença em Ação Popular deve ser recebido no duplo efeito, ou seja, devolutivo e suspensivo.
- () Nas demandas envolvendo relações de consumo, há incidência do sistema instituído pela Lei de Ação Civil Pública, inclusive no âmbito recursal.
- () A sentença prolatada com base na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) desafia recurso dotado de efeito devolutivo como regra geral.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, F, V, V
- (B) V, F, F, F
- (C) F, F, V, V
- (D) V, V, V, V
- (E) F, V, F, V

QUESTÃO 84

Levando em consideração o regime jurídico da coisa julgada no processo coletivo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Em se tratando de interesse ou direito difuso, sendo o pedido julgado improcedente com provas suficientemente produzidas, a sentença acarretará coisa julgada formal e material, impedindo a propositura de nova ação coletiva, bem como de ações individuais com base no mesmo fato lesivo.
- () Se o interesse ou direito for coletivo *stricto sensu*, formar-se-á coisa julgada *ultra partes* para o grupo, categoria ou classe, salvo se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, caso em que poderá qualquer colegitimado propor nova ação, desde que se valendo de nova prova.
- () Se o direito for individual homogêneo e o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, poderá o indivíduo promover sua ação individual condenatória, mesmo tendo ingressado no processo coletivo como litisconsorte ou assistente litisconsorcial.
- () O indivíduo que tiver proposto ação individual, antes do ajuizamento da ação coletiva, se quiser se beneficiar da sentença de procedência terá que requerer a suspensão de seu processo individual.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, V, F, V
- (B) F, V, F, F
- (C) F, V, F, V
- (D) V, F, F, V
- (E) F, V, V, F

QUESTÃO 85

Qual princípio impõe ao autor potencial a obrigação de provar, com anterioridade, mesmo diante da ausência de certeza científica do dano, que a sua ação não causará danos ao ambiente?

- (A) Da precaução
- (B) Do poluidor-pagador
- (C) Da prevenção
- (D) Da equidade intergeracional
- (E) Da informação

QUESTÃO 86

Em relação ao Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Código de Defesa do Consumidor veda a utilização do contrato de adesão.
- (B) Para fins de tutela contra os acidentes de consumo, consumidor é qualquer vítima, desde que destinatário final do produto ou do serviço, o que exclui a possibilidade de tutela do profissional que, ao adquirir um produto para revenda, venha a sofrer um acidente de consumo.
- (C) O Código de Defesa do Consumidor, em todo o seu sistema, prevê uma única exceção ao princípio da responsabilização objetiva para os acidentes de consumo: os serviços prestados por profissionais liberais; nesse caso, a apuração de responsabilidade far-se-á calcada no sistema tradicional baseado em culpa.
- (D) Em relação aos vícios dos produtos, o Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de produção e comercialização do produto (comerciante, fabricante, distribuidor etc.); no entanto, o comerciante que manteve contato direto com o consumidor pode se utilizar da denúncia da lide para garantir eventual direito de regresso contra o fabricante identificável.
- (E) O reconhecimento da abusividade e a consequente nulidade das cláusulas inseridas em contratos de consumo não podem ser conhecidos de ofício (*ex officio*) pelo magistrado.

QUESTÃO 87

Quanto à discriminação constitucional das competências urbanísticas, a Constituição Federal de 1988

- (A) elenca como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- (B) atribui competência privativa à União para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por Municípios limítrofes, para o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (C) atribui competência privativa à União para legislar sobre responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (D) estabelece como competência privativa dos Estados e do Distrito Federal a criação, organização ou supressão de distritos.
- (E) fixa a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para promover a construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

QUESTÃO 88

Sobre licenciamento ambiental, analise as assertivas abaixo.

- I - O prévio licenciamento ambiental apenas é obrigatório nos casos em que as obras e atividades sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, cabendo ao órgão licenciador definir, discricionariamente, se o Estudo de Impacto Ambiental é necessário ou não.
- II - Pode o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- III - O licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local compete ao órgão municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber.
- IV - O critério da dominialidade incidente sobre um recurso natural tem o condão de definir a competência para o licenciamento ambiental, de modo que a atividade de mineração deve ser licenciada pela União.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

QUESTÃO 89

À luz da matéria urbanística, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) É o Plano Diretor do município que estabelece quando uma propriedade urbana cumpre a sua função social.
- (B) A realização de Estudo de Impacto Ambiental para determinado empreendimento supre a necessidade de realização do Estudo de Impacto de Vizinhança.
- (C) Os planos diretores são obrigatórios para todas as cidades onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos do parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento de títulos, inclusive para aquelas com menos de vinte mil habitantes.
- (D) A instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) permite a aplicação de normas especiais de uso e ocupação do solo para fins de regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações.
- (E) O art. 145, inciso II, da Constituição Federal prevê o instituto da contribuição de melhoria que nada mais é do que o retrato do princípio urbanístico da “afetação das mais-valias ao custo da urbanificação” concretizado no Código Tributário Nacional (arts. 81 e 82) e no Estatuto da Cidade (art. 2º, IX; art. 4º, IV, “b”).

QUESTÃO 90

Leia atentamente a situação abaixo descrita.

“A” possui um lote em área urbana. Na época em que ele adquiriu o imóvel encontrava-se em vigência lei municipal de uso e ocupação do solo que estabelecia um determinado coeficiente de construção. Passado um ano, ele resolveu construir no lote, quando, então, teve indeferido o seu pedido de licença para edificar sob o argumento de que nova lei municipal de uso e ocupação do solo havia restringido o coeficiente de construção do terreno pela metade. No entanto, o seu vizinho “B”, utilizando-se de planta de construção similar, iniciou a edificação no seu respectivo lote, de acordo com licença para construir outorgada pelo poder público municipal antes da vigência da nova lei municipal, muito embora não tenha se valido de todas as possibilidades construtivas vigentes na lei anterior.

Sobre essa situação, analise as assertivas.

- I - Assiste a “A” o direito de construir com base nos coeficientes previstos na legislação de uso e ocupação do solo vigente quando ele adquiriu o terreno e que lhe ensejava utilização mais ampla, pois a legislação superveniente não pode produzir efeitos retroativos e atingir direito adquirido de edificar no lote de acordo com as condições legais existentes quando da sua aquisição.
- II - Assiste a “B” o direito de construir com base nos coeficientes previstos na legislação de uso e ocupação do solo vigente quando da obtenção da licença para edificar e que lhe ensejava utilização mais ampla do lote.
- III - Como ainda não houve a conclusão da obra e em respeito ao princípio da função social da propriedade urbana, “B” terá que ajustar a respectiva planta aos padrões da nova lei municipal de uso e ocupação do solo, obtendo nova licença de construção.
- IV - A revogação da licença para construir outorgada a “B”, com base na nova lei de uso e ocupação do solo, equivale à desapropriação de direito, obrigando o poder público municipal a indenizar o proprietário.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

QUESTÃO 91

De acordo com a lei que dispõe sobre o modelo assistencial em saúde mental, quais são os tipos de internação psiquiátrica?

- (A) Voluntária, involuntária e compulsória.
- (B) Voluntária e involuntária, apenas.
- (C) Voluntária e compulsória, apenas.
- (D) Involuntária e compulsória, apenas.
- (E) Somente involuntária.

QUESTÃO 92

De acordo com a lei nº 8.142/1990, os conselhos de saúde terão representação paritária, o que significa que serão compostos

- (A) por 50% de integrantes representando entidades não governamentais e 50% de integrantes do governo.
- (B) por 25% de integrantes representando os usuários, 25% representando os profissionais de saúde e 50%, o governo.
- (C) por 50% de integrantes representando os usuários e os outros 50% representando o governo, prestadores de serviço e profissionais da saúde.
- (D) por 25% de integrantes dos usuários, 25% de prestadores de serviços, 25% de profissionais da saúde e 25% do governo.
- (E) por 25% de integrantes dos usuários, 25% de profissionais da saúde e 50% do governo.

QUESTÃO 93

O art. 38 do Estatuto do Idoso reserva uma determinada porcentagem de unidades residenciais em qualquer programa habitacional público ou subsidiado por recursos públicos. Essa porcentagem, de acordo com a mesma lei, é:

- (A) 3%
- (B) 2%
- (C) 1%
- (D) 4%
- (E) 5%

QUESTÃO 94

O envelhecimento, segundo o Estatuto do Idoso, é um direito:

- (A) pessoal.
- (B) coletivo em sentido estrito.
- (C) social.
- (D) personalíssimo.
- (E) difuso.

QUESTÃO 95

A ação civil pública proposta com fundamento na lei nº 7.853/1989 que for considerada procedente terá obrigatório duplo grau de jurisdição, subindo ao Tribunal de Justiça sem a necessidade de recurso

- (A) apenas nos casos de carência da ação.
- (B) em caso de carência ou improcedência da ação.
- (C) apenas nos casos de improcedência da ação.
- (D) em qualquer tipo de sentença, mesmo que procedente a ação.
- (E) somente nos casos de sentença de mérito, de procedência ou não.

QUESTÃO 96

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o tutor de criança ou adolescente, assim designado por qualquer documento hábil, terá quantos dias para ingressar com pedido judicial nesse sentido?

- (A) 05
- (B) 60
- (C) 15
- (D) 45
- (E) 30

QUESTÃO 97

Os recursos decorrentes das multas aplicadas pelo descumprimento de ordem judicial prolatada em ações fundamentadas no art. 210 do Estatuto da Criança e do Adolescente serão

- (A) revertidos ao fundo gerido pelo Conselho Estadual de Direitos.
- (B) revertidos ao fundo gerido pelo Conselho Nacional de Direitos.
- (C) revertidos ao fundo gerido pelo Conselho Municipal de Direitos.
- (D) divididos em partes iguais entre os Conselhos Municipal e Estadual.
- (E) divididos em partes iguais entre os Conselhos de Direitos Municipal, Estadual e Nacional.

QUESTÃO 98

O trabalho noturno, ao adolescente empregado, é vetado

- (A) em qualquer horário.
- (B) após as 22 horas.
- (C) após as 20 horas.
- (D) após as 21 horas.
- (E) após as 19 horas.

QUESTÃO 99

Segundo a Constituição Federal de 1988, antes do final do seu mandato, o Procurador Geral da República pode ser destituído pelo Presidente da República. Para que isso ocorra, o Senado Federal precisa emitir autorização

- (A) por maioria simples.
- (B) por maioria de dois terços de seus componentes.
- (C) por maioria de três quintos de seus componentes.
- (D) por maioria absoluta.
- (E) por maioria de três quartos de seus integrantes.

QUESTÃO 100

Está inelegível para concorrer ao cargo de Procurador Geral de Justiça, de acordo com a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Mato Grosso, o Promotor de Justiça que tenha ocupado cargo de coordenador em centro de apoio funcional

- (A) menos de 60 dias antes da data da eleição.
- (B) menos de 90 dias antes da data da eleição.
- (C) menos de 180 dias antes da data da eleição.
- (D) menos de 30 dias antes da data da eleição.
- (E) em qualquer dia do ano em que ocorrer a eleição.